

Caminhos da Reprodução da Colonialidade: experiência desenvolvimentista e reação conservadora sob a tensão colonialidade/decolonialidade

Rogério de Souza Medeiros¹
Bruno Ferreira Freire Andrade Lira²

Considerações Iniciais

A presente reflexão é fruto de uma longa pesquisa crítica de revisão bibliográfica³, onde tratamos de refletir a temática do desenvolvimento a partir da tensão colonialidade/decolonialidade. Esse tensionamento é circunscrito, por um lado, de uma dominação financeira e neoliberal e, por outro, de saberes e práticas de (r)existência ante ao capitalismo. A análise da tese centrou-se em verificar como o modelo desenvolvimentista brasileiro, durante os governos petistas, em especial o segundo governo Lula (2006-2010) e o primeiro Dilma (2011-2014), promoveu crescimento econômico com inclusão social, produzindo um processo de medianização precarizada. Aqui, denominamos este período de segunda experiência desenvolvimentista brasileira. Segundo Cepêda (2012), entre os anos de 1930 a 80 ocorreu a primeira experiência desenvolvimentista brasileira, denominada de nacional-desenvolvimentismo, extremamente heterogêneo, especialmente pela presença de um autoritarismo que se renova de tempos em tempos. Baseado na reflexão da autora temos a seguinte definição sobre desenvolvimentismo: “(...) de maneira geral, pode-se definir

1 Doutor em Sociologia pela Boston University (E.U.A.). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rogerio.medeiros@academico.ufpb.br

2 Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFPB. Professor Temporário da Universidade Regional do Cariri na Unidade Descentralizada de Iguatu. E-mail: bffalira@gmail.com

3 Desenvolvida como parte do processo de elaboração de tese de doutoramento, defendida em julho de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB).

desenvolvimentismo como um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social” (CEPÊDA, 2012, p. 79).

Assim, identificamos que a segunda experiência desenvolvimentista promoveu uma medianização precarizada que possibilitou uma mobilidade social limitada das faixas de renda E e D para a chamada faixa de renda C, denominada por alguns, no final da primeira década do século XXI, de *nova classe média ou classe C*. Demonstramos que a classe média real permanece como estrato pertencente aos grupos dominantes e essa classe C se caracteriza por ocupações, consumo de serviços e bens precários. O artigo, então, apresenta o resultado da pesquisa de doutorado, o processo de medianização precarizada, e trata de refletir como este fato pode se relacionar com a escalada recente de reações conservadoras e de extrema direita no seio da sociedade brasileira.

O texto divide-se em sete momentos: no primeiro, tratamos de entender como o neoliberalismo e a dominação financeira se consolidam no imaginário hegemônico do desenvolvimento; no segundo, recorremos ao pensamento crítico latino-americano e caribenho decolonial e como este delinea a tensão colonialidade/decolonialidade como ferramenta analítica para a compreensão da realidade; no terceiro, estabelecemos os marcadores sociais do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimentismo; no quarto momento, de forma breve, identificamos os elementos mais centrais que caracterizam a segunda experiência desenvolvimentista brasileira; no quinto momento, verificamos como ocorre o processo de medianização precarizada; no sexto momento, analisamos a medianização à luz dos marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento; concluímos refletindo sobre a relação entre a medianização e a emergência de forças sociais conservadoras e de extrema direita no Brasil.

A Formação de um Imaginário Financeiro Global

É importante situarmos que é na emergência de uma economia global, representada pela esfera do mercado, que ocorre a formação de um novo *ethos* capitalista, baseado no aspecto da financeirização (BOLTANSKI; CHIAPELLO,

2009). A crise do keynesianismo/*welfare state*, localizada na América do Norte e na Europa Ocidental em meados dos anos de 1970, abriu espaço no cenário internacional para que outras perspectivas e modelos emergissem e se fortalecessem. A matriz econômica heterodoxa, de base histórica institucionalista, vai perdendo espaço para o ortodoxismo econômico, centrado na calculabilidade e na racionalidade técnica instrumentalizada pelo uso de modelos matemáticos (POLANYI, 2000).

A ideologia neoliberal surge na metade do séc. XX, fazendo críticas profundas aos ideais keynesianos/sociais-democratas. Destaque para dois importantes centros de estudo, o *Mont Pelerin Society* e a Escola de Chicago, liderados por Hayek (2010) e Friedman (1985), o liberalismo de outrora ganha novos contornos, dando origem a novas estratégias geopolíticas, fazendo-o coadunar com o processo de globalização socioeconômica. A desregulamentação da economia nacional, a retração do Estado em setores antes tidos como prioritários – incluindo a redução dos sistemas públicos de proteção social –, a adoção de rígidos mecanismos de controle orçamentário, ampliação de privatizações e o enxugamento da máquina pública (HARVEY, 2011) fizeram parte⁴ de amplos processos que possibilitaram a consolidação de uma economia global (SASSEN, 2010). Esse conjunto de medidas, denominado de neoliberalismo, conheceu a sua primeira experiência prática na ditadura civil-militar chilena do General Augusto Pinochet (1973-1990), em uma experiência conduzida com forte participação de economistas formados em Chicago⁵.

O discurso neoliberal vai, a partir dos governos Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra, ganhar projeção mundial como um modelo de crescimento econômico esvaziado, estimulador do livre-mercado e do consumo de massa. As instituições financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC) – são essenciais para a concretização das medidas estabelecidas pelo neoliberalismo, principalmente na

4 Tais medidas se circunscrevem no chamado receituário neoliberal, cuja implementação ainda ocorre na atualidade (HARVEY, 2011).

5 Estes economistas ficaram conhecidos como Chicago Boys (HARVEY, 2011)

periferia do globo⁶. O Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 2003) exemplifica tal cenário, em que países latino-americanos e caribenhos negociaram suas dívidas externas em troca do comprometimento de implementar as políticas neoliberais.

O neoliberalismo, portanto, através da ortodoxia econômica e de políticas não-intervencionistas, propicia o avanço da financeirização do capitalismo. Nesse sentido, podemos considerar a emergência de uma dominação financeira que trata de modificar as relações de poder dentro da esfera do mercado global. O surgimento, nas décadas de 1960/70, de grandes conglomerados e de empresas transnacionais promoveu a desvinculação destas com o Estado planejador (HARVEY, 2011). Diante da expansão empresarial e da desregulamentação das economias nacionais, a esfera financeira, baseada em “escolhas racionais” e no “puro” conhecimento econômico, passou a ditar as regras do sistema capitalista (STEINER, 2006). Concordamos com Boltanski e Chiapello (2009) ao identificarem nesse processo de financeirização o surgimento de um “novo espírito do capitalismo”. Se anteriormente a figura central eram os administradores e gestores, centrados na burocracia e na maior eficiência a médio e longo prazos, agora surgem os acionistas e rentistas⁷, alinhados somente com os lucros no menor tempo possível.

Consolida-se a partir do processo de globalização recente um capitalismo baseado em três aspectos: a financeirização, a concentração de poder e riqueza e forte desigualdade socioeconômica. A dominação financeira, como caráter central dessa nova/velha roupagem capitalista, usufrui do discurso e das práticas neoliberais para imprimir a hegemonia de uma economia global que transforme o Estado de provedor social a garantidor do livre-mercado. Porém, como se estabelece a financeirização? Para tal resposta trazemos a sociologia econômica francesa, especialmente a construída inicialmente por Bourdieu (2006) e aprofundada por Boltanski e Chiapello (2009) e Steiner (2006). Os francófonos, ao identificarem uma crescente hegemonia do ortodoxismo econômico como

6 Países da Ásia, América Latina e África.

7 Segundo Cattani (2007), teríamos aqui um grupo de indivíduos transnacionais, bastante heterogêneos, que se destacam pela posse de grandes fortunas; ausência de amarras nacionais, desvinculação de dimensões físicas do capital; pelo faustoso padrão de vida. Denominados de High-Net-Worth Individuals (HNWI).

forma de análise cotidiana e visão de mundo, passam a questionar o excessivo abstracionismo assim como o isolamento da dimensão econômica da ordem social. Os fenômenos econômicos podem e devem ser estudados pela sociologia, a partir de suas ferramentas teórico-metodológicas, contribuindo para um diálogo horizontal e plural.

O imaginário hegemônico do desenvolvimento, apoiado pela financeirização e pelo neoliberalismo, se alicerça em três aspectos – *mercado*, *sujeito glocal* e *saber econômico*. A financeirização do capitalismo possibilita ao mercado operar tanto na forma de instituição central como campo autônomo da vida socioeconômica (BOURDIEU, 2006; STEINER, 2006). O Estado torna-se, aqui, uma ferramenta que legitima os preceitos configuradores do livre-mercado. Por isso, há ênfase na minimização das funções estatais, visto que não caberia a este intervir na economia, apenas garantir que as demandas mercadológicas sejam praticadas na sociedade. O bem-estar social, por exemplo, principalmente aqueles vinculados aos serviços essenciais como educação, saúde, transporte, seguridade social, deve provir prioritariamente da esfera privada, pois a concorrência geraria a melhoria na qualificação, apesar de não poderem ser acessados por todos (HARVEY, 2011).

Outro elemento importante dessa dominação financeira é a estetização de um indivíduo racional e atomizado imerso em redes financeiras - o sujeito glocal. O sujeito modelado aqui baseia-se na busca por satisfazer seus autointeresses e na sua capacidade de fazer escolhas puramente racionais (BOURDIEU, 2006). Esse indivíduo encontra-se imerso em uma financeirização do cotidiano, retratada no uso indiscriminado do capital fictício, o cartão de crédito, ou nas diversas formas de financiamento, contraindo dívidas. Dentro dessa perspectiva, os sujeitos estariam em uma constante busca por um conhecimento econômico que lhes permitisse tomar as melhores decisões, baseadas na razão e nas suas preferências.

Por fim, é preciso considerar, também, o discurso que mantém e legitima a dominação financeira; o saber econômico expresso no economicismo que influencia a prática econômica (STEINER, 2006). Aqui formam-se especialistas, sujeitos com conhecimentos econômicos “exclusivos” capazes de compreender a vida econômica. Ideais propagados pelos grandes veículos de comunicação,

centrados na economia como motrizes para o desenvolvimento; ou na educação financeira e as distintas formas de poupar e lucrar capital. Aqui o comportamento dos indivíduos depende das grandezas monetárias. O economicismo apresenta-se como um conhecimento extremamente técnico e objetivo, além de distante do contexto social que o cerca.

Diante dos elementos tanto do neoliberalismo como da financeirização, o desenvolvimento trata de se situar em bases ortodoxas que imprime um caráter reducionista produzindo modelos de crescimento econômico que ampliam as desigualdades e vulnerabilidades sociais. Os três aspectos que o alicerçam – mercado como campo isolado da vida social; sujeito glocal racionalizado; e economicismo – reforçam ainda mais esse contexto hegemônico.

O Pensamento Decolonial: a tensão entre colonialidade/decolonialidade

Estabelecida a associação entre desenvolvimento e o neoliberalismo e a dominação financeira, aprofundados pelos seus alicerces, é importante pontuar que a formação do capitalismo latino-americano e caribenho, incluindo o brasileiro, é singular dentro do desenvolvimento do sistema capitalista. A região encontra-se, desde a formação desse sistema econômico mundial, em uma posição periférica e dependente – desde o período colonial até o imperialismo do capital monopolista e financeiro (FURTADO, 2007).

Enquanto a representatividade do centro do sistema capitalista limita-se ao domínio do grupo das oito principais economias do mundo (G8), a periferia se detém em diferentes camadas de nível de desenvolvimento e numa capacidade reduzida de influenciar as tomadas de decisão na geopolítica internacional. O Brasil se coloca aqui como parte importante entre estes países da periferia, um destacado sujeito na definição da política regional. Contudo, o capitalismo aqui é dependente de um desenvolvimento estabelecido nos centros financeiros e nas marcas imperialistas. O dependentismo configura um capitalismo cujo desenvolvimento não é autônomo e nem autossustentado (MARINI, 2008).

O neoliberalismo e a dominação financeira, como velhas/novas vestes do capitalismo, permitem-nos afirmar que o ideal de modernidade se situa presente na constituição desse imaginário hegemônico de progresso e crescimento

econômico. Diante disso, torna-se necessário buscar outras formas de saberes que não estejam vinculadas acriticamente ao conhecimento moderno ocidental, visto seu universalismo e monologismo (SANTOS, 2008). O reconhecimento de modernidades múltiplas ou alternativas permite nos direcionar para uma ecologia de saberes (SANTOS, 2008) que reconhece e valoriza outras vivências e formas de pensamento. Nesse sentido é que buscamos pautar esta pesquisa na tensão colonialidade/decolonialidade, reconhecendo-a como unidade analítica que permite capturar criticamente as relações de dominação e classificação social dentro do sistema-mundo capitalista/moderno, em especial a condição subalterna da América Latina e Caribe.

Os diversos saberes latino-americano e caribenho, situados à margem do pensamento moderno ocidental, trazem consigo reflexões e vivências plurais essenciais para a compreensão da vida social cotidiana. Na década de 1990, um grupo de pesquisadores⁸ latino-americanos e caribenhos, radicados como docentes nos EUA, passaram a se reunir e promover encontros, atividades e publicações acadêmico-políticas em torno desses diferentes conhecimentos propondo uma forte e consistente crítica teórico-prática ao sistema mundo capitalista/moderno/eurocêntrico/colonial/patriarcal (CASTRO-GOMEZ; GROSGOUEL, 2007). Inaugurava-se aqui um programa de investigação reconhecido como grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), que posteriormente, a partir dos anos 2000, passaria a ser considerado também uma rede de investigação dada a diversidade de pesquisadores/as espalhadas pelo mais diferentes locais. O conceito de Santos (2008) referente a uma sociologia das ausências, ou seja, legitimar e reconhecer saberes invisibilizados e/ou ausentes do imaginário hegemônico, comporta-se de forma adequada à perspectiva que vem sendo fundamentada pelo M/C.

O M/C identifica que a modernidade e o capitalismo, enquanto referenciais eurocêntricos, são faces de um único processo que apenas se completa com o reconhecimento da sua face obscura, a colonialidade (MIGNOLO, 2017), esta como determinante para a imposição de classificações

8 Anibal Quijano, Enrique Dussel, Catherine Walsh, Emmanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Nelson Torres-Maldonado, Santiago Castro-Gomez, Arturo Escobar, Ramon Grosfoguel, Walter Mignolo (BALLESTRIN, 2013).

sociais e formas de dominação. O desenvolvimento, em decorrência da sua associação tanto ao moderno quanto ao capitalismo, só foi possível pelo processo de colonização das periferias pela Europa, com destaque para a América Latina e Caribe. Os/as autores/as do M/C enfatizam que mesmo após o processo de independência da maior parte dos países latino-americanos e caribenhos persistiram legados coloniais, ou seja, formas de exploração/opressão/violência que se mantêm como mecanismos produtores e reprodutores de divisões e hierarquizações sociais (GROSFOGUEL, 2010).

Quijano (2000) vai afirmar que enquanto o colonialismo é um processo circunscrito a um dado período histórico, a manutenção de situações coloniais, centrada no par sujeitos superiores/inferiores, é uma legado histórico de poder que se insere nas mais diversas dimensões, seja política, econômica, social, cultural, moral, denominada de colonialidade. O imperialismo estadunidense tão presente na América Latina e Caribe, especialmente a partir do século XX, não precisou/precisa da presença da figura da colônia para impor suas vontades e interesses. A diferença entre colonialismo e colonialidade é para enfatizar que os processos de independência não encerraram a experiência de colonizados das antigas colônias. Em vez disso, o que ocorreu foi a manutenção de um legado colonial que se inscreveu nas próprias estruturas das sociedades colonizadas. É uma condição do poder tal qual ele se configura historicamente nessas sociedades. E como tal, ela opera através de mecanismos específicos, capazes de estruturar relações hierarquizadas tanto a um nível geopolítico (de dominação entre povos e nações), quanto a um nível interpessoal, na conformação de subjetividades e comportamentos. Segundo Quijano (2010), há três eixos de poder articulados que promovem a classificação social e formas de dominação – trabalho (classe), raça e gênero, sendo estes alguns dos mecanismos geradores de hierarquizações, nas relações entre pessoas, grupos, regiões, povos e nações. A colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), então, é uma estrutura que continua a colonizar dentro do sistema mundo capitalista/moderno gerando relações de dominação e classificação social através de uma matriz de poder colonial exercida nas formas de exploração/opressão/violência.

A condição de desenvolvimento está atrelada à classificação dentro da divisão geopolítica internacional que prioriza o capital e o crescimento

econômico de poucos, promovendo a concentração da renda, de riqueza e de poder. Não somente isso, como a colonialidade se faz presente nos Estados-nação internamente, denominado por Casanova (2009) de colonialismo interno. A homogeneização promovida pela ideia de nacionalidade invisibilizou e subalternizou diferentes grupos sociais em vista da manutenção das formas de classificação social, resultantes da colonialidade do poder. Na América Latina e Caribe, isso é evidenciado na permanência de oligarquias e elites, formadas ainda no período colonial, que mantém uma ordem social extremamente desigual (FERNANDES, 2009).

O M/C então aponta para a necessidade de resgatar/construir pensamentos decoloniais advindos das experiências e dos saberes latino-americanos e caribenhos, estes não valorizados ante ao conhecimento moderno ocidental. A decolonialidade, de matriz diversa e plural, é o caminho inverso da colonialidade, pautada em situações de emancipação social e do bem-comum tanto dos sujeitos como das coletividades (GROSFOGUEL, 2010). Para isso é preciso promover o giro decolonial (CASTRO-GOMEZ; GROSFOGUEL, 2007) que é um movimento de ruptura com a colonialidade e com as relações de dominação e classificação social. O rompimento aqui é decorrente da rememoração/construção dos diferentes saberes prático-teóricos, sejam aqueles produzidos no ambiente acadêmico, nas vivências cotidianas, em movimentos sociais e nas ações coletivas, e/ou no diálogo entre esses. O giro decolonial se propõe a promover a resistência e a existência – (r)existência – ante as formas de exploração/opressão/violência impostas pelo sistema mundo moderno/capitalista.

Estabelecido o M/C e a construção do seu pensamento crítico latino-americano e caribenho, propomos que para promover uma análise desconstrutiva sobre o desenvolvimento é preciso situar este na constante tensão entre colonialidade/decolonialidade. Visto que a ortodoxia econômica se revela como pertencente ao imaginário da colonialidade, pois centra-se numa matriz de poder colonial advinda do sistema-mundo capitalista/moderno/colonial. Aqui, a dominação financeira da vida cotidiana promove formas constantes de exploração/opressão/violência que relega o direito à vida e ao bem-estar social a um mero apêndice do livre-mercado, mantenedor de divisões sociais hierárquicas e subalternizadas. Na face oposta está a decolonialidade, movimentos, saberes e

experiências que se propõem a criticar e romper com as formas coloniais da vida social.

A colonialidade passa, então, a atuar em três níveis: i) a colonialidade do poder, demonstrada por Quijano, em que as relações sociais, sejam no âmbito econômico, político, institucional vigoram de forma hierárquica, excludente e opressora; ii) a colonialidade do saber, que legitima apenas o conhecimento moderno estadunidense-europeu, não reconhecendo outros saberes e práticas; iii) e a colonialidade do ser, aquele que age no campo das subjetividades e dos afetos, discriminando a pluralidade existente nas sociedades e desconstruindo as coletividades (MALDONADO-TORRES, 2019). Acrescenta-se aqui, a matriz de poder colonial que a partir do sistema-mundo capitalista/moderno/colonial produz um enredamento de formas de dominação e classificação social – raça/classe/gênero.

A decolonialidade, imprimida pelo giro decolonial, possibilita então (re)significar o cotidiano a partir da desconstrução de elementos fomentadores do prisma hegemônico. Contudo, como podemos caracterizar a decolonialidade? É importante, da mesma forma, que identifiquemos na colonialidade uma tríade, a verificação dos componentes alicerçadores do decolonial (MALDONADO-TORRES, 2019). Três conceitos são centrais, aqui: i) emancipação social (SANTOS, 2008), que se refere à possibilidade do indivíduo de preservar sua espiritualidade e criatividade, buscando suas realizações pessoais inseridas nas demandas coletivas; ii) desmercadorização (SPING-ANDERSEN, 1991), que trata do grau de independência e autonomia do sujeito em relação ao mercado, permitindo a ampliação dos direitos e atitudes coletivas; e iii) a pluralidade dialógica, que refere-se à importância de reconhecer uma ecologia de saberes e a prática dialógica (FREIRE, 1998), ambos processos possibilitam o livre questionamento e pensamento crítico. Aqui, o giro decolonial, a partir de saberes, experiências e vivências múltiplas, dá forma aos alicerces da decolonialidade.

A tensão colonialidade/decolonialidade caracteriza-se, por um lado, por situações coloniais – como a dicotomia centro/periferia, a pobreza, a racialização e o patriarcalismo – que se mantêm mesmo após o fim da colonização, gerando uma colonialidade sentida tanto pelo poder, como pelo saber e pelo ser. Por outro, a decolonialidade se caracteriza como um movimento de desconstrução,

rompimento e utopias – este representado pela emancipação, desmercadorização e pluralidade dialógica. Os dois polos do tensionamento, circunscritos na vida social cotidiana, são necessários para a desconstrução da associação do desenvolvimento com o capitalismo. Mas através de que ferramentas é possível analisar essa tensão? Para isso, trago os três alicerces do imaginário social do desenvolvimento – mercado, sujeito glocal e saber econômico – reposicionando-os como marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade (MARTINS; BENZAQUEN, 2017).

Os marcadores da tensão entre colonialidade/decolonialidade, caracterizados por sua ambivalência interpretativa, possibilitam analisar os eixos centrais dessa pesquisa: a relação entre o modelo de desenvolvimento brasileiro – a segunda experiência desenvolvimentista – e possíveis transformações na estrutura de classes sociais, durante os anos petistas, verificando os tensionamentos existentes nessa concepção de desenvolvimento. Através destes abre-se a possibilidade de novas chaves analíticas acerca de um período de consideráveis mudanças sociais, políticas e econômicas, elementos necessários para refletir sobre o desenvolvimento.

Marcadores Sociais da Tensão entre Colonialidade/Decolonialidade

Os marcadores, então, podem ser caracterizados como mediadores devido a se encontrarem em uma zona fronteira, entre a colonialidade e a decolonialidade. Nesse sentido, o caráter de mediação deve-se à possibilidade de (re)significação que um marcador pode ter, a depender do ponto de vista – seja da colonialidade ou da decolonialidade. Esta ambivalência traz um impacto no momento da operacionalização; ou seja, é preciso considerar a duplicidade do marcador e os plurais significados que podem vir a ter. Isto também o caracteriza como interpretativo, pois as experiências particulares de cada localidade e do cotidiano são determinantes para compreendê-lo.

É aqui que retomamos os alicerces da dominação financeira – mercado, sujeito glocal e saber econômico – e passamos a refleti-los a partir da tensão colonialidade/decolonialidade, possibilitando identificá-los como parâmetros analíticos referentes ao desenvolvimento. Ao tratarmos do ortodoxismo e da

retórica neoliberal verificamos que estes assumem a face da colonialidade. Entretanto, ao observarmos modelos/projetos heterodoxos, nesse caso a segunda experiência desenvolvimentista brasileira, identifica-se a imersão deste em uma tensão entre colonialidade/decolonialidade, visto que busca se colocar antagônico à ortodoxia e promover uma matriz de desenvolvimento. Nesse sentido, buscamos verificar, a partir de uma revisão bibliográfica crítica, se houve alterações significativas no estrato intermediário da estrutura de classes no Brasil em decorrência desse desenvolvimentismo recente. Porém, antes é preciso ressignificar os alicerces do desenvolvimento, agora como marcadores sociais do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade, identificando nestes as ambivalências e interpretações.

O mercado, na financeirização e na colonialidade, é identificado como um espaço autônomo da vida social, sendo o local de maior “desenvolvimento” da liberdade individual, visto a relação meritocrática e competitiva. Diante disso, o mercado dentro da dominação financeira tem atuado dentro da colonialidade do poder, explorando e oprimindo, em detrimento da manutenção de privilégios para alguns. Ao propor o giro decolonial, busca-se que o mercado seja reconhecido como um campo de práticas e relações sociais voltado para a troca de bens e serviços diversos que possibilite o acesso e o direito à vida sem negar o bem-comum. A desmercadorização busca promover aos sujeitos coletivos o reconhecimento de direitos que são negados pela lógica mercantilista do capital. Aqui o mercado soma-se a outros campos – político, social, cultural, ecológico – influenciando-se entre si, possibilitando outras economias.

O sujeito glocal na dominação financeira está representado na idealização do indivíduo racional, cujas decisões se baseiam no cálculo, na capacidade de previsão e no acúmulo de conhecimento/informação. O sistema de preferências estaria atrelado às leis da oferta e demanda. Aqui, impera uma colonialidade do ser, que busca naturalizar a calculabilidade e a previsibilidade, denotando aos sujeitos uma racionalidade econômica presente nas escolhas das preferências. O giro decolonial, aqui, centra-se na emancipação social desse indivíduo, estimulando o criativo e a inovação através das redes e dos espaços de fluxo. O sujeito razoável (BOURDIEU, 2006), então, baseia-se em razões e motivos advindos de suas vivências dentro dos processos intersubjetivos.

O saber econômico reduzido pelo discurso economicista refere-se a expertise econômica que se coloca como uma “verdade absoluta” dentro da dominação financeira, através da presença destes nos principais centros de tomadas de decisão e na elaboração das informações/conhecimentos. Os economistas ortodoxos colocam-se como únicos leitores da realidade, monopolizando os locais de tomadas de decisão e as próprias políticas públicas. Assim, o economicismo revela uma colonialidade do saber, pautada no monologismo da matemática e dos gráficos. Através do giro decolonial, propõe-se a pluralidade dialógica que possibilita a troca de experiências e de conhecimentos, situando o saber econômico em sua diversidade, dialogando com outros aspectos promotores de mudança. Refletir sobre o desenvolvimento não envolve apenas a economia, mas o diálogo com outras dimensões – a política, a social e a histórica.

Diante do exposto até o momento nessa seção, tratamos de esquematizar as palavras aqui destacadas. No quadro 1 associamos os marcadores sociais da tensão colonialidade/decolonialidade referentes ao desenvolvimento, com os elementos que caracterizam tanto a colonialidade como a decolonialidade. E no quadro 2, apresentamos como estes marcadores sociais são interpretados no tensionamento entre colonialidade/decolonialidade, cujos elementos caracterizadores estão descritos anteriormente no quadro 1.

Quadro 1 – Os marcadores sociais do desenvolvimento na tensão entre colonialidade/decolonialidade

COLONIALIDADE	MARCADORES SOCIAIS	DECOLONIALIDADE
Colonialidade do poder	Mercado	Desmercadorização
Colonialidade do ser	Sujeito Glocal	Emancipação Social
Colonialidade do saber	Saber Econômico	Pluralidade dialógica
<i>MATRIZ COLONIAL DE PODER</i>	Ambivalentes, mediadores e interpretativos	<i>GIRO DECOLONIAL</i>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 – A interpretação dos marcadores sociais na tensão entre colonialidade/decolonialidade

COLONIALIDADE	MARCADORES SOCIAIS	DECOLONIALIDADE
Campo autônomo da vida social	Mercado	Campo de práticas e relações sociais voltado para a troca de bens e serviços
Indivíduo racional	Sujeito Glocal	Sujeito razoável
Economicismo	Saber Econômico	Diálogo da economia com a política, o social, histórico
<i>MATRIZ COLONIAL DE PODER</i>	Ambivalentes, mediadores e interpretativos	<i>GIRO DECOLONIAL</i>

Fonte: Elaboração própria

A articulação proposta acima permite construir unidades analíticas (marcadores sociais) que possibilitem refletir a relação entre a segunda experiência desenvolvimentista com possíveis mudanças na estrutura de classes no Brasil, a partir da tensão colonialidade/decolonialidade.

A Segunda Experiência Desenvolvimentista

Apresentado a dominação financeira e a crítica decolonial, que, por sua vez, produz os marcadores sociais da tensão entre colonialidade/decolonialidade, faz-se necessário localizarmos como a segunda experiência desenvolvimentista surge como projeto político e como se dá sua implementação como modelo de desenvolvimento. Após violentas ditaduras civis-militares entre os anos de 1960 e 80 em vários países latino-americanos e caribenhos, inicia-se o processo de redemocratização, porém baseado no neoliberalismo que, por sua vez, já era experimentado no Chile e na sua respectiva Constituição de 1980. A partir disso, as crescentes demandas populares, bem como o diagnóstico desta região como uma das mais desiguais e pobres do planeta, impulsionaram a reorganização de diferentes sujeitos da sociedade civil discordantes das tomadas de decisão a favor do receituário neoliberal.

Aqui, teríamos à direita do espectro político/econômico/social grupos conservadores, alinhados com as diretrizes de um capitalismo hegemônico global e a manutenção do *status quo*; enquanto à esquerda, grupos que, em um primeiro momento, principalmente durante os regimes autoritários, alinharam-se à utopia socialista e a formas de resistência. Todavia, estes últimos, encontraram outras

bandeiras para além do debate de classes sociais – como os direitos humanos, questões étnico-raciais e de gênero, os direitos às minorias, e a preservação do meio ambiente – que os reposicionaram (NEGRI, 2014). A renovada esquerda, na América Latina e Caribe, está relacionada diretamente com a reemergência de coletivos feministas, étnicos-raciais, de direitos humanos e ecológicos que discordaram desse capitalismo hegemônico reivindicando transformações através das instituições democráticas, contribuindo para o fortalecimento e plenitude destas.

Desde meados de 2002, com a vitória eleitoral de Lula, o projeto nacional petista surgiu como um discurso “alternativo”. A evolução dos governos petistas⁹ e as medidas implementadas demonstraram a utilização do velho desenvolvimentismo¹⁰ somado a novas estratégias, especialmente a partir do segundo governo (2007-2010) e na “continuação” com o primeiro governo Dilma (2011-2014) (CEPÊDA, 2012). Isso é verificável nas estratégias e nas políticas adotadas para o êxito dos três eixos centrais do programa de governo do PT: consolidação da democracia; crescimento econômico; e redução da desigualdade social (OLIVA, 2010). Tem-se uma associação de políticas de crescimento econômico com políticas de distribuição e inclusão social.

Como primeira estratégia, Lula e o PT procuraram formar um “novo” pacto de poder entre diferentes classes (COSTA, 2018), em que, de um lado, mantinham os aliados tradicionais vinculados ao partido, como sindicatos urbanos, parte da burocracia pública, movimentos e associações sociais. Por outro lado, cediam às pressões de setores da elite brasileira e mundial, como banqueiros, agroexportadores e empresários, adotando uma agenda de políticas conservadoras dando primazia ao crescimento econômico e ao livre-mercado. O discurso mais à esquerda, vinculado à melhoria da educação e saúde pública e outras demandas sociais, seria adequado à lógica dos grupos regentes do grande

9 Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-2016).

10 Aqui refiro-me ao nacional-desenvolvimentismo, tido como a primeira experiência desenvolvimentista, que vai distinguir-se por uma política de desenvolvimento para dentro voltada para a industrialização e urbanização brasileira. Enquanto a segunda experiência centra-se no fortalecimento do mercado interno, a partir do consumo precário, e na ampliação do mercado externo, com a expansão do agronegócio. Nesse último também se diferencia por um papel mais ativo do Estado no combate às desigualdades sociais (CÊPEDA, 2012).

capital, ou seja, baseado no crescimento econômico e na cultura do consumo (SINGER, 2009).

É importante destacar que esse pacto entre classes, que possibilitou ao PT permanecer no poder ao longo de mais de 14 anos, levou à emergência de um fator não previsto, o lulismo. O ex-presidente Lula notabilizou-se por alcançar uma popularidade de grandes proporções, seja pela sua capacidade carismática, seja pela sua habilidade política de unir em torno de si diferentes grupos de poder. Segundo Singer (2009), o lulismo torna-se um fenômeno político-eleitoral que se descola e supera o petismo.

A segunda estratégia derivou do pacto entre classes ao possibilitar uma segunda estratégia voltada para a prática economicista que consistiu, primeiramente, na manutenção de políticas macroeconômicas neoliberais e, posteriormente, em medidas mais caracteristicamente desenvolvimentistas. Aqui alinha-se à premissa do velho desenvolvimentismo, tendo o Estado como um agente ativo na economia, atuando no estímulo ao crescimento econômico e na expansão da burguesia nacional, principalmente o agronegócio. O debate centra-se não apenas no fortalecimento da produção, mas principalmente na distribuição e em melhorias da infraestrutura brasileira (CEPÊDA, 2012).

A terceira estratégia envolveu a expansão dos gastos sociais e o fortalecimento de políticas distributivas fundadas em um tripé: a valorização do salário mínimo acima da inflação; expansão ao crédito; e o programa Bolsa Família (chamado daqui em diante de PBF). Estes possibilitaram o acesso ao consumo tardio, principalmente no quesito de bens duráveis, e a inclusão de famílias em um novo patamar de rendas fortalecendo o mercado interno do consumo de massas.

A via de desenvolvimento por consumo de massa, transferência de renda direta (como Bolsa Família), políticas de crédito popular e economia social são características importantes de uma acepção de economia estimulada pelo “lado da demanda” – pela tese do mercado interno e pela inovação via multiplicação de empreendedorismo popular (CEPÊDA, 2012, p. 86)

Dentro do universo escolhido verificamos que o principal elemento que o distingue dos modelos ortodoxos da região refere-se às políticas sociais economicamente orientadas, especialmente, aquelas voltadas a modificar a

distribuição de renda no Brasil e, conseqüentemente, combater os altos índices de desigualdade socioeconômica e extrema pobreza. Segundo Cepêda (2012, p. 86):

Em seu conjunto, as políticas diretas e indiretas de renda possuem funcionalidade múltipla: *econômica* – pois aquecem mercado, servindo como meio de dinamismo e estímulo à produção industrial, comércio, serviços (a via do consumo de massa é, em boa medida, parente do modelo mercado interno do velho desenvolvimentismo); e *política* – pois ao incluir como consumidor ou proprietário, a lógica dessa inserção, inicialmente econômica, assenta-se no princípio do direito e da cidadania, como parcela do contrato social que possibilita requerer a promoção do bem-estar como uma das tarefas do Estado.

É nesse conjunto de estratégias programáticas que vai se caracterizar a segunda experiência desenvolvimentista brasileira. Dentro do tensionamento colonialidade/decolonialidade ainda não é possível localizar esse modelo de desenvolvimento heterodoxo, visto que permanece algumas políticas econômicas de cunho neoliberal e alinha estas com políticas desenvolvimentistas. Para isso é necessário avançarmos para a análise das possíveis mudanças sociais promovidas por este no que se refere à estrutura de classes no Brasil.

O Processo de Medianização no Brasil: um país de classe média?

Neri (2011) é o expoente da ideia de que o desenvolvimentismo recente foi gerador de uma *nova classe média* – ou classe C definida a partir da faixa de renda. A tese se baseia na identificação de que mais de 50% da população brasileira, especialmente entre os anos de 2008/10, encontram-se na faixa de grupos de renda intermediária. Ou seja, o Brasil havia se tornado uma sociedade de classe média. Mas qual a definição de classe envolvida aqui? A definição deste autor centra-se numa “visão subjetiva de utilidade” e “na mensuração do bem-estar social subjetivo”. Em outras palavras, Neri vai realizar uma busca do que representa a boa vida para os estratos médios da sociedade brasileira:

Ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados, que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida. (NERI, 2011, n.p)

Mas como alcançar a boa vida? Para Neri é através da renda. A *nova classe média*, portanto, vai ser definida através da classificação de faixas de rendimentos e as aspirações presentes a partir da melhora da renda – “com base na

classificação das pessoas em grupos de renda, são incorporadas expectativas e atitudes e a renda permanente é aquela na qual os estoques de ativos são convertidos em fluxos (NERI, 2011, n.p)."

Os limites propostos pelo autor para a definição dessa classe C, seriam as classes D e E abaixo, como representante das camadas pobres que possuem rendimentos inferiores a R\$1.200,00 reais. Acima estariam as classes A e B com rendas acima de R\$5.000,00 reais, representativas das camadas com recursos suficientes para as melhores condições de vida.

Tabela 1: Pirâmide Socioeconômica

	Inferior	Superior
Classe AB	R\$ 5.174,00	
Classe C	R\$ 1.200,00	R\$ 5.174,00
Classe D	R\$ 751,00	R\$ 1.200,00
Classe E	0	R\$ 750,00

Fonte: NERI, 2011, n.p

Entre 2003 a 2013, a participação da “Classe C” – que vem sendo chamada de nova classe média –, no recorte estudado, passou de 37,6% para 60,2%. A “Classe A & B” correspondia a 7,6% do recorte, em 2003, passando para 14,8%, em 2013. A Classe D e E, que, em 2003, respondia por 54,8% do recorte, em 2013 cai para 25% (SINGER, 2018, p. 89 apud FGV, 2014). Isso demonstra o aumento das classes C e AB assim como a queda das classes D e E, confirmando a melhoria significativa na distribuição de renda consonante com a fórmula crescimento econômico e inclusão social.

Em relação às classes mais pobres, o PBF tem uma importância fundamental na redução da extrema pobreza. Através da concessão do benefício, famílias conseguiram comprar alimentos, vestuário, higiene pessoal, elementos esses que possibilitam movimentar as economias de municípios muito pobres. O papel ativo de mulheres também é destacável, visto que o PBF fortalece o papel de chefe de família e de gestores da renda¹¹. Esses elementos, em conjunto com

11 Lares chefiados por mulheres sempre foram uma característica forte das camadas pobres da população brasileira (SOUZA, 2012).

outros, nos permitem constatar que ocorreram modificações na estrutura de classes na parte inferior da pirâmide socioeconômica.

No que se refere a transferência de renda, (Dilma) aumentou o valor do Bolsa Família em 46% para as casas que tivessem crianças e adolescentes até quinze anos, estabeleceu um benefício para as mulheres gestantes e as que tinham bebês em fase de amamentação, criou um novo pagamento às famílias com crianças até seis anos (depois estendido também até os quinze anos) e, por meio de um programa de busca ativa, logrou incorporar mais de 1 milhão de famílias ao BF, chegando ao total de 14 milhões em 2014. (SINGER, 2018, p. 83)

Sobre as classes que se encontram na parte de cima, podemos afirmar, a partir de autores como Braga (2012) e Souza (2012), que se mantém o privilégio social das classes médias (tradicionais) e altas. Souza chama atenção para a manutenção não apenas do capital econômico como também do capital cultural e tecnológico. O acesso às tecnologias de informação, aos centros de ensino mais qualificados, à oportunidade de intercâmbios, ainda se restringia a essa parte da população que domina as estruturas de classe.

Aqui, podemos constatar, de forma inicial, o tensionamento colonialidade/decolonialidade do modelo desenvolvimentista recente, enquanto na parte de baixo vê-se uma mobilidade social, na parte de cima mantém-se as formas de privilégio. O reconhecimento dos grupos sociais e suas heterogeneidades é primordial para refletirmos sobre a estrutura de classes. A localização da tensão entre colonialidade/decolonialidade aqui se pauta entre uma visão economicista centrada na renda, representada por Neri, e outra baseada na totalidade de dimensões, sejam elas políticas, culturais, morais, econômicas, sociais, o que é apresentado tanto por Souza (2012), quanto por Pochmann (2014), Braga (2012) e Singer (2018) – considerando as diferenças entre eles.

O aumento dos rendimentos demonstrado por Neri ainda não parece ser suficiente para sustentar a tese de um país de classe média. Podemos apontar a ambivalência entre a manutenção de privilégios/melhoria de renda dos estratos mais pobres, mas o que de fato isso representa? E o que é então essa classe média denominada por Neri? Como a tensão colonialidade/decolonialidade pode contribuir para essa análise?

A Medianização Precarizada: precariada, batalhadora e de consumo tardio

A estratégia de desenvolvimento dos governos petistas possibilitou uma mudança no tratamento dado às classes populares. Concordando com Braga (2012), observamos a emergência de um precariado, ou seja, uma fração de classe pertencente ao proletariado que se baseia em ocupações do setor de serviços e na indústria de baixa produção, mediados pela flexibilização das relações trabalhistas e pela justificação da dominação financeira – o mérito individual, a partir da criatividade, autonomia e esforço próprio.

(...) consiste em proclamar a superação do trabalho degradado típico do regime de acumulação despótico pela “criatividade” e “autonomia” inerentes às tarefas de concepção e planejamento de processos e produtos. Na verdade, a hegemonia desse modelo de desenvolvimento pós-fordista, que Castells chamou de “informacionalismo”, revivificou a promessa de que uma inserção ocupacional emancipada no e pelo trabalho complexo estaria potencialmente acessível a todos. (BRAGA, 2012, n.p)

Esse precariado encontra-se entre a fração média assalariada, formada durante a primeira experiência desenvolvimentista, e a fração baixa – pobres, miseráveis. A estratégia de desenvolvimento dos governos Lula possibilitou a formação de uma nova medianização na estrutura de classes no Brasil? Se há uma nova medianização, é possível afirmar que esse (novo) estrato socioeconômico seria uma ‘nova classe média’? Para essa resposta é preciso compreender os elementos que conformam essa fração do precariado.

Braga (2012) constrói um perfil socioeconômico para esse grupo: trabalhadores/as não qualificados ou semiquilificados; relações trabalhistas precarizadas; sub-remunerados, entre um a dois salários mínimos; e com poucas condições de organização coletiva. Souza (2012), chama atenção para os longos turnos de trabalho e/ou vários empregos; e uma dupla jornada, entre escola/faculdade e trabalho.

É importante destacar as políticas distributivas desenvolvimentistas, como o PBF e o salário mínimo, que foram fundamentais para a inclusão social no mercado de trabalho dessa parcela de trabalhadores/as de baixa renda, naquilo que Pochmann (2014) chama de padrão tardio de consumo fordista. Isso gerou, de acordo com o autor, mobilidade social restrita e mudanças na estrutura de classes, baseadas na produção de custo baixo (*low cost*) e o consumo tardio de

bens duráveis e serviços, ou seja, na massificação do acesso a bens e serviços, que antes era restrito às classes médias e altas da sociedade brasileira. Os produtos a serem consumidos ganharam novos contornos:

Em geral, trata-se de uma cesta de consumo composta por bens não duráveis, como calçados esportivos, alimentação fast-food e roupas de grife, e bens duráveis diversos, como veículos e eletrônicos e, ainda, serviços de viagem e turismo. (...) O avanço das tecnologias da comunicação e de informação redundou em redes de escala global de um consumismo desenfreado e alienante. (POCHMANN, 2014, p. 77)

De acordo com Pochmann o consumo médio da família brasileira passou a corresponder por mais de dois terços da dinâmica de crescimento do PIB. Nesse sentido, é importante compreender algumas modificações, entre elas a redução do tamanho médio da família brasileira; o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive assumindo o papel de chefe de família:

Essa ampliação do nível do rendimento dos trabalhadores de menor rendimento permitiu ampliar o consumo, uma vez que esse segmento social dificilmente teria condições de poupar, dada a demanda reprimida historicamente. Com isso, a elevação no rendimento permitiu incluir, pelo consumo, parcela importante da sociedade, derivada dos movimentos positivos das ocupações e dos rendimentos dos trabalhadores de salário de base. (POCHMANN, 2014, p. 139)

Outro elemento a ser enfatizado é a formalização destas ocupações, seja pela carteira de trabalho assinada, seja por programas de fomento à expansão de pequenas e microempresas – destaque para o programa de micro empreendedor individual (MEI). Concordando com Kerstenetzky (2010), a inclusão de uma massa de indivíduos no mercado de trabalho é uma das formas mais eficientes para romper com o ciclo histórico de reprodução de pobreza e desigualdade, principalmente pela possibilidade de expandir direitos e serviços sociais. No caso brasileiro, a formalização, mesmo sendo de ocupações precarizadas, passa a dar acesso, em algum nível, mesmo que ainda restrito, à previdência social e aos programas de assistência social.

Diante desses elementos aportados por Braga e Pochmann é possível afirmar que essa massa de trabalhadores/as passou a ocupar o espaço intermediário na pirâmide socioeconômica, especialmente a partir de 2008/10. Como apresentado por Neri (2011), esta parcela corresponde à metade da população brasileira, de fato possibilitando uma outra medianização, só que agora precarizada e de forte consumo. A estratégia de desenvolvimento dos

governos Lula, então, possibilitou a formação de uma nova medianização da estrutura de classes no Brasil. Contudo, até o momento trouxemos apenas os aspectos históricos e político-econômicos relacionados ao social sobre essa “nova” fração da classe trabalhadora. Trago, então, Souza (2012) que chama a atenção para a necessidade de compreender a gênese sociocultural da nova classe, visto que apontar os rendimentos, as ocupações e o consumo destas não nos apresenta elementos suficientes para compreender a distinção desta em relação à classe média.

Destaque para a riqueza imaterial transmitida entre gerações, aqui temos o capital cultural que modula os estilos de vida, os gostos e as condutas no mundo prático. Souza, por uma via bourdieusiana, o que caracteriza a classe média, em contraste com a nova classe trabalhadora (batalhadores), é o desenvolvimento de um conjunto de disposições que lhe dota de competências para atuar num mundo capitalista competitivo. A capacidade de raciocínio abstrato, controle emocional e disciplinamento seriam próprios de um *habitus* de classe média que os batalhadores não teriam sequer chegado a constituir, pois trata-se de disposições adquiridas num longo processo de socialização de classe, e não apenas através de uma rápida mudança nas condições de renda. Isso permite que afirmemos que o acesso a bens e serviços, ainda que represente mudanças importantes nas condições de vida, não chega a constituir uma nova classe média.

Nesse sentido, podemos apontar um outro trabalho, em que Ribeiro (2014) identifica que as mudanças na estrutura de classes não geraram ou pouco produziram alterações nas barreiras de mobilidade intergeracional - que verifica a passagem da classe de origem (pai/mãe) para a classe destino (filhos/as). O estudo se baseia no esquema analítico de Goldthorpe e divide a estrutura de classes em sete estratos:

(...) chego à definição de sete classes sociais: I+II, profissionais e administradores; IIIa+b, Trabalhadores não-manuais de rotina; IVa+b, pequenos proprietários com e sem empregados; V+VI, técnicos, supervisores e trabalhadores manuais qualificados; VIIa, trabalhadores manuais não-qualificados; IVc, pequenos proprietários rurais; e VIIb, trabalhadores rurais (para a análise dos dados das mulheres agrego estas duas últimas classes) (RIBEIRO, 2014, p. 186)

O autor conclui, então, que a mobilidade social nas classes mais altas¹² permanece sendo escassa. O alto nível educacional e o status ocupacional são fatores determinantes para uma distribuição de classe bastante distinta entre aqueles que ocupam o topo da pirâmide e as classes no estrato intermediário para baixo.

A forma mais eficiente de transpor as barreiras de classe é adquirir mais escolaridade, embora filhos de profissionais e administradores (I+II) permaneçam tendo vantagens, ou seja, as barreiras à mobilidade intergeracional continuam presentes mesmo quando se leva em conta a escolaridade dos indivíduos. Em termos das chances de mobilidade e da distribuição de ativos educacionais e financeiros, não faz muito sentido juntar profissionais e administradores (I+II) com as classes no meio da distribuição para definir as classes médias. Ou melhor, há muita diferenciação dentro das classes médias quando juntamos a classe I+II com as imediatamente abaixo. (RIBEIRO, 2014, p. 212/213)

O abismo classista apontado por Ribeiro demonstra como o capital cultural associado ao econômico são elementos concomitantes na construção de uma dominação simbólica. A classe trabalhadora/precariado, denominada por Souza (2012) de os Batalhadores, teve o seu acesso ao conhecimento técnico ou escolar de forma reduzida, não fornecendo condições materiais e nem subjetivas para a competição no mercado de trabalho. Os valores morais desta nova classe são oriundos/pertencentes às camadas populares, cuja justificativa capitalista inserida no esforço, no mérito e na capacidade criativa, afirma que a recompensa está por vir. Em outras palavras, não se reconhece as formas de opressão/exploração/violência que mantêm as distinções de classe, repousando as forças de uma baixa mobilidade social em decorrência da capacidade individual de cada sujeito.

Nesse sentido, os Batalhadores, ao ascenderem na estrutura de classes, alçados a essa posição intermediária, vão buscar se afastar dos estratos mais pobres e almejar as situações de classe encontradas acima deles, especialmente a classe média real:

(...) a noção de “classe média” foi introduzida por aqui tardiamente, de fora para dentro. Importada do chamado “mundo desenvolvido” – Estados Unidos e, principalmente, Europa – nas primeiras décadas do século XX, e incorporada pelas camadas médio-superiores urbanas, que buscavam uma identidade social em meio às grandes transformações pelas quais o país passava, a concepção de “classe média” presente no Brasil se traduziria em uma imagem idealizada da

12 É importante destacar que, sobre as classes altas, Ribeiro (2014) está a considerar tanto os mais ricos como a classe média real.

classe média do “mundo desenvolvido”, à qual somente as camadas mais abastadas da população brasileira poderiam corresponder. (SALATA, 2015, p.113)

A classe média real ou tradicional no Brasil está estabelecida bem anteriormente, ainda no primeiro processo de medianização, chamada por Pochman de deformada. Caracterizada por uma vida social mais estabilizada a médio e longo prazo (SINGER, 2018), visto que o acesso às condições materiais, assim como o status ocupacional, estão inseridos na parte de cima da estratificação social brasileira. Mais uma vez, a justificação e a “gênese” capitalista a partir do esforço e do mérito individual trata de representá-los como vitoriosos cuja recompensa foi alcançada. Todavia, o que de fato ocorre é a promoção do esquecimento de que o privilégio emerge da distinção social e da violência simbólica promovida por ele, enfatizando apenas os aspectos da ascensão social. Isso junta-se ao que Souza (2012) vem a denominar de “capital familiar”, ou seja, com baixos capitais econômicos e culturais, o que resta à massa de batalhadores é a transmissão dos valores morais da justificação capitalista que são transmitidos pelas famílias populares como o esforço, a inventividade, a alegria, mesmo em condições bastante adversas.

Outro elemento em Souza é uma ‘ética do trabalho’, implícita nesse capital familiar, mas que os diferencia de uma ‘ética do estudo’ das classes médias tradicionais – aqui, o esforço necessário é a dedicação aos estudos, e não ao trabalho. Os batalhadores/precariado são reconhecidos, então, como membros úteis da sociedade, especialmente pelo esforço, sendo identificados, ultimamente, como empreendedores/as. A justificação capitalista imprime nessa classe intermediária e precarizada que a recompensa desse esforço é dada pelo acesso a um consumo massificado de bens duráveis e não duráveis, assim como às formas de crédito e o consequente endividamento familiar, especialmente através das linhas de crédito.

Em outro trabalho, realizado por Salata (2015), o autor trata de tentar identificar uma identidade de classe a partir da reivindicação de pertencimento e reconhecimento do próprio indivíduo. A pesquisa se dividiu em dois momentos: i) um primeiro sobre como os sujeitos se identificavam, em termos de pertencimento de classe, e as suas características sociodemográficas; ii) e um



segundo em que estes mesmos indivíduos eram questionados sobre os aspectos que caracterizavam a classe média.

No *“survey sobre a classe média brasileira”*, pediu-se aos entrevistados que declarassem em que medida (*“essencial”, “muito importante”, “mais ou menos importante”, ou “nada importante”*) eles acreditavam que, para fazer parte da classe média, seria importante possuir os seguintes atributos: ter nível superior de escolaridade; ter uma ocupação de prestígio; possuir rendimentos altos; ter casa própria; ser dono do próprio negócio; ter acesso a lazer e diversão; possuir um padrão de vida estável; e ter acesso a escolas/universidades privadas. (SALATA, 2015, p. 129/130)

Os resultados da pesquisa empreendida acima possibilitam confirmar os perfis distintos da classe média, baseada em uma vida social estabilizada e de forte prestígio social, para a classe intermediária, que busca pelo esforço da ocupação precária condições melhores de bem-estar social. Além disso, observa-se que essa massa de batalhadores reconhece seu local de classe e identifica como modelo ideal de comportamento a recompensa do esforço, enquanto elemento característico da real classe média.

Porém, a formação dessa nova classe trabalhadora começava a apresentar limites, principalmente no período que compreende entre a crise de 2008 e o primeiro governo de Dilma Rousseff. A estratégia desenvolvimentista que vinha sendo construída não conseguiu avançar mais significativamente no período Dilma. O estrato intermediário que se torna base do lulismo, passa a sentir o impacto do não crescimento econômico, da baixa valorização do salário mínimo, assim como das altas dos juros, incidindo tanto sobre o crédito, quanto sobre o consumo.

Concordamos com Braga (2012), Singer (2018) e Souza (2012), de que ao desvincular essa massa de trabalhadores das classes populares, identificando-os como classe média, promoveu-se, em certa medida, uma despolitização desse grupo. Ao olhar para o andar de cima, a ascensão social necessitaria continuar em crescimento, mas o abismo era/é bastante profundo, gerações são necessárias para a mudança da estrutura de classes. Podemos afirmar então que não houve mudanças na estrutura de classes no Brasil, o que se verifica é um processo de medianização precarizada, baseado em ocupações precárias e acesso a serviços e bens pelo consumo, que apenas se sustenta com um crescimento econômico forte e sustentado. Uma mobilidade social restrita, a estagnação da economia, a volta

do desemprego e uma forte perda no poder de consumo, foram elementos que promoveram um descontentamento desse estrato social. Outro elemento a ser destacado é o fato da justificação capitalista, do mérito e do esforço próprio, serem uma narrativa mais consolidada e fortalecida do que a presença de um Estado ativo na proteção social.

Em junho de 2013, ficou claro o conflito entre escolaridade e uma inserção profissional precária(...). O alto preço da educação e saúde privadas, assim como as deficiências do serviço público, estimularam protestos contra a tarifa de ônibus, mas também contra a corrupção e os gastos para a Copa do Mundo. O aumento da escolarização via Prouni e expansão do Fies podem ter tido um efeito bumerangue sobre o lulismo, pois ao mesmo tempo que causaram satisfação, foram veículos de frustração por não propiciar colocação compatível com o nível educacional (SINGER, 2018, p. 101)

O apoio dessa classe intermediária e precarizada foi fundamental para a reeleição de Dilma a um segundo mandato em 2014. Contudo, ao iniciar promovendo um ajuste fiscal e se aproximando de uma agenda neoliberal, a massa de trabalhadores fragmenta-se e implode parte da base de apoio lulista (SINGER, 2018).

Nesse sentido, não podemos afirmar que há uma “nova classe média”, apesar de reconhecer um segundo processo de medianização da sociedade. Porém, essa massa de batalhadores/as ganha contornos de um estrato intermediário sem os aspectos que caracterizam a classe média historicamente constituída, dada a precariedade das condições materiais que são alcançadas. A classe média assalariada brasileira, consolidada a partir do nacional-desenvolvimentismo, é uma pequena parcela que ainda mantém certos privilégios. Abaixo dela encontra-se uma classe precarizada, de batalhadores, “de novos” trabalhadores, que sempre esteve presente em nossa sociedade, porém inseridos na imensa maioria de uma massa popular e empobrecida.

As Classes Sociais no Tensionamento Colonialidade/Decolonialidade

A segunda experiência desenvolvimentista no Brasil, enquanto projeto político, teve como elemento central o crescimento econômico articulado à inclusão social. Como expressão máxima desse horizonte temos as transformações na estrutura de classes no Brasil. Se por um lado, não podemos afirmar o surgimento de uma nova classe média, por outro, é necessário dizer que

se promoveu uma medianização precarizada na pirâmide socioeconômica brasileira.

A afirmação de possíveis mudanças na estrutura de classes sociais no Brasil recente, apoiada pela tese de Neri (2011) de que seríamos um país de classe média, torna-se uma análise apressada e reduzida, visto que não considera uma definição ampliada de classe para além da renda. Por isso a necessidade de refletir juntamente com os marcadores da tensão colonialidade/decolonialidade, demonstrando os tensionamentos de um modelo de desenvolvimento que não pretende romper com as amarras do capitalismo/da dominação financeira, mas não concorda com a abissal situação de desigualdade e pobreza.

O mercado é definido pela colonialidade do poder como um campo autônomo da vida social. Verificamos aqui que esse espaço, expresso através das ocupações e do poder de consumo dos sujeitos, foi a via de inserção social que possibilitou muitos/as brasileiros/as a sair da situação de miséria e pobreza, modificando, em certo grau, o quadro de oportunidades de forma a buscar a melhoria do bem-estar social dentro da dominação financeira. O aumento dos rendimentos acima da inflação, a formalização no mercado de trabalho, o fortalecimento de redes de contatos para o trabalho informal (BRAGA, 2012) – como complementar à formalização -, o acesso a bens e serviços, especialmente às tecnologias, oportunizaram que grupos marginalizados que se encontravam em uma zona de pobreza conseguissem alcançar melhores condições materiais de vida. Diante desses elementos podemos afirmar que a medianização precarizada apenas foi possível com a visão de um mercado como um campo de relações e práticas sociais voltado para a troca de bens e serviços, estando associado à vida social e aos demais campos – seja política, cultural, moral.

É necessário ressaltar ainda aqueles que saíram da extrema pobreza, especialmente com o PBF, que através do mercado dinamizou municípios de economias paupérrimas, possibilitou às chefes de família a aproximação à condição de cidadania, trouxe a alimentação para as mesas de muitas famílias. Assim, temos uma redução tanto da miséria como da pobreza, mas ainda insuficiente para modificar a estrutura de classes que o Brasil está assentado.

Em outras palavras, o lulismo por vezes considera que foi muito mais longe na redução da pobreza do que realmente o fez. Isso não significa que a redução da

pobreza tenha sido pequena. Foi expressiva, mas não a ponto de tornar o contingente de pobres residual ou próximo disso, uma vez que os antigos miseráveis ocuparam esse lugar (SINGER, 2018, p. 84/85).

Tal afirmação é necessária pelo fato de a pobreza ainda ser mensurada a partir de rendimentos – como é o caso de Neri (2011) – e não a partir de uma perspectiva multidimensional, ou seja, considerar fatores como saúde, educação, acesso, infraestrutura, habitação, meio ambiente e outros. E isso se afirma ao focar-se em políticas sociais distributivas centradas nas rendas, não investindo de forma mais contundente em outras políticas, especialmente na melhoria da qualidade dos serviços públicos que possam ampliar a desmercadorização, principalmente dos grupos subalternizados.

A medianização da segunda experiência desenvolvimentista brasileira não promove uma desmercantilização da vida social, visto que o acesso a bens e serviços se faz através de um forte consumo e extenso endividamento - e não uma qualificação dos serviços públicos. Simultaneamente, ao ponto que possibilita uma certa mobilidade social, esta mesma se encontra limitada em decorrência das condições materiais e simbólicas oportunizadas. Dentro de um cenário de crescimento econômico positivo e, principalmente, de um papel ativo do Estado como promotor de desenvolvimento foi possível se verificar uma melhoria nas condições de bem-estar social. Todavia esta desmercadorização, que oportunizou aos diferentes grupos sociais o acesso a bens e serviços restritos a uma pequena parcela da população, baseia-se na precariedade pois, como vimos, está sujeito às variações do capitalismo e as correlações de classe.

Em relação à figura do sujeito global, o indivíduo imerso nas redes digitais para além das fronteiras nacionais, na colonialidade do ser, este é imputado à racionalidade pura e suas ações devem ser precedidas pela calculabilidade e previsibilidade. De forma antagônica, a emancipação social possibilita a este indivíduo se reconhecer enquanto sujeito razoável que tem suas ações precedidas por motivos e razões advindos das vivências de processos intersubjetivos.

Em relação aos estratos populares e intermediários brasileiros, destaco a formalização de ocupações de rendimentos intermediários – um bom exemplo são as empregadas domésticas e os prestadores de serviço através do MEI. Isso possibilitou o acesso a uma rede contatos que possibilitava a complementação da



renda com outros pequenos serviços. Aqui se oportunizava para muitos o início de micro e pequenos empreendimentos que melhoravam a renda e a condição de vida. O empreendedorismo vai se firmar como um discurso de esforço, criatividade e autonomia fundamental para um capitalismo que se fortalece numa sociedade de serviços.

Outro importante fator está no acesso às tecnologias, especialmente com a entrada de produtos asiáticos, especialmente chineses, massificando o acesso a esses bens. Insere o/a brasileiro/a nas redes sociais e virtuais possibilitando o acesso à informação e ao conhecimento. Representou a possibilidade de se expressar, criar relações, novos empreendimentos e adquirir um capital cultural mais democrático.

Todavia, essa emancipação social se dá de forma condicionada, especialmente, pelo vínculo maior à renda. A perspectiva de melhoria das condições materiais está atrelada ao consumo e a possibilidade de aumento dos rendimentos. Em relação às ocupações, estas são subalternizadas, pois estão aprisionadas ao não avanço, seja em carreiras ou nos próprios empreendimentos. Constitui-se aqui um exército de trabalhadores/as manuais, não-qualificados, pequenos administradores, que permanecem atados a uma posição inferiorizada, de baixa ou média remuneração. A dominação financeira limita o crescimento profissional, visto que o campo de lutas é extremamente hierarquizado e aqueles que possuem mais capital econômico e cultural tendem a definir as regras, mantendo as altas posições sociais.

O saber econômico tenta escapar da retórica do economicismo através da emergência de outros saberes, fundamental para romper com o monologismo e a linearidade, e isso apenas é possível através de práticas dialógicas que possibilitem a construção de pensamentos críticos próprios. O modelo desenvolvimentista brasileiro ao propor desenvolvimento associando crescimento econômico com inclusão social dá um importante passo nesse sentido. Todavia, ao não confrontar a pobreza em suas múltiplas dimensões, dando maior centralidade à renda, acaba fragilizando mudanças que em médio prazo podem ser desfeitas.

Podemos pontuar, também, que os estratos intermediários e populares por conta de não haver uma desmercadorização da vida social o acesso a outras

experiências e vivências que rompem com o reducionismo econômico se colocam limitado. O “sujeito razoável” encontra-se atado a mercantilização da vida social. A pluralidade dialógica encontra-se limitada a um imaginário ainda fortemente colonizado pelo econômico.

A medianização precarizada da sociedade brasileira teve a renda como principal ferramenta para a mobilidade social, mas é preciso observar outros fatores: a expansão das universidades públicas e a interiorização destas; o fortalecimento da descentralização do SUS através das Unidades básicas de Saúde; o subsídio nas contas de energia; as ações afirmativas, como as cotas raciais; e a expansão de serviços pela rede privada. O crescimento do nível dos rendimentos se dá concomitantemente com o acesso à educação, saúde, transporte, moradia, lazer e cultura – mesmo esses se apresentando, em muitos momentos, a partir do consumo na esfera privada. A limitação se dá no sentido de oferecer serviços de baixos custos e de menor qualidade, assim como os bens – especialmente os tecnológicos. A massificação tardia de um consumo que possibilitou uma melhoria na qualidade de vida, mas de forma precária, condicionada e limitada. Os serviços públicos de qualidade mantêm-se precarizados e as altas taxas de juros incididas sobre o consumo, especialmente no crédito, mantêm uma dominação financeira e a lógica privatista.

Diante dessa análise podemos concluir, como exposto no quadro 3, onde se localiza o modelo heterodoxo brasileiro, ou seja, tensionado entre a colonialidade/decolonialidade. Se o ortodoxismo está fidelizado às formas de colonialidade, o modelo heterodoxo desenvolvimentista brasileiro não promove uma decolonialidade completa, pois se encontra atado a uma matriz de poder colonial que mantém um enredamento entre as múltiplas relações de dominação e classificação social. Isso não possibilita promover mudanças na estrutura de classes sociais no Brasil, e muito menos tornar o país uma sociedade de classe média, limitando-se à medianização precarizada de uma massa de trabalhadores e pobres.

Quadro 3 – O desenvolvimentismo na tensão colonialidade/decolonialidade

COLONIALIDADE	ORTODOXISMO / neoliberalismo	MARCADORES	HETERODOXISMO BRASILEIRO / desenvolvimentismo	DECOLONIALIDADE

Colonialidade do poder	Livre-Mercado	Mercado	Desmercadorização ausente	Desmercadorização
Colonialidade do ser	Bem-estar individualizado	Sujeito glocal	Emancipação Social Condicionada	Emancipação Social
Colonialidade do saber	Economicismo	Saber econômico	Pluralidade dialógica limitada	Pluralidade dialógica

Fonte: Elaboração própria

Considerações Finais: A manutenção da colonialidade

O desenvolvimentismo, em seu caráter ausente, condicionado e limitado – ver quadro 3 – apresentou-se de forma temporária. Podemos afirmar, então, que os modelos de desenvolvimento heterodoxos, em especial esse de cunho desenvolvimentista, constroem-se a partir de pactos classistas com o intuito de suavizar as formas de desigualdade e de vulnerabilidade social promovidas pela expansão capitalista e excessiva concentração de renda e riqueza. Ambas as experiências desenvolvimentistas brasileiras não se propuseram em nenhum momento a romper com as amarras do capitalismo periférico, dependente e colonial. É perceptível o esforço, especialmente nos governos petistas, de gerar crescimento econômico e inclusão social das massas populares, mas sem deixar de manter os privilégios sociais, como a concentração da renda, acesso a serviços de maior qualidade, consumo de alto padrão, e o crescimento econômico desigual às classes abastadas.

A heterodoxia e o desenvolvimentismo se estabelecem nessa tensão colonialidade/decolonialidade, ao se colocar como alternativa viável ao ortodoxismo na sua forma pura. Porém as amarras ao sistema-mundo capitalista/moderno/colonial permanecem, visto que a própria definição de desenvolvimento está atrelada ao capitalismo. A construção de um modelo heterodoxo de desenvolvimento que se pautar nos horizontes utópicos da decolonialidade – emancipação social, desmercadorização e pluralidade dialógica em suas formas totais – ainda se apresenta como um cenário distante, devido às teias de poder que são enredadas pelo sistema-mundo capitalista/moderno/colonial presentes na vida social cotidiana, sob as formas da financeirização.

O capitalismo dependente, periférico e colonial, em especial no Brasil está estabelecido pela manutenção das estruturas e instituições de dominação oligárquica. Aqui permanece uma ordem social desigual baseada nas formas de colonialidade que se associam a processos de modernização, estes exigidos pelas transformações do sistema capitalista. As experiências desenvolvimentistas, seja o do nacional-desenvolvimentismo ou do lulismo, não se propuseram a romper com os privilégios e as dominações do capitalismo – “El análisis de la emergencia del desarrollimentismo en América Latina explica la adaptación de un modelo teórico eurocéntrico a realidades distintas que necesitan la presencia del Estado en la organización del mercado para asegurar la colonialidad” (MARTINS, 2017, p. 304).

Como pensar em mudança da ordem social e da estrutura de classes sem o combate efetivo à complexidade das desigualdades? Como sugerir desenvolvimento e sustentabilidade social sem alterar as relações de dominação? O processo de medianização precarizada no Brasil, de maneira reformista (SINGER, 2009), promoveu alguns avanços, o desenvolvimentismo lulista avançou também nas temáticas positivas da promoção de igualdade racial e de gênero: secretarias com estatutos de ministérios; políticas públicas em consonância com os movimentos sociais e a sociedade civil; ações afirmativas; programas de qualificação profissional e acesso à educação; formalização do trabalho; e acesso a direitos sociais. Todavia, tais medidas se fazem insuficientes ao não confrontar os privilégios, mantidos por uma classe dominante que construiu os movimentos para o impeachment do governo petista. Ao produzir uma medianização precarizada que mantém a coexistência do par privilégio/opressão.

As reações conservadoras e de extrema direita, dos últimos anos, no caso brasileiro, apontam para uma contrarrevolução burguesa (FERNANDES, 2009) no intuito de manter as formas coloniais da vida social brasileira. A formação de grupos anti-desenvolvimentistas ao final do primeiro governo de Dilma Rousseff (SINGER, 2018), resgatando os ideários liberais de Hayeck e Friedman demonstram a retomada deste caminho. A redução do tamanho do Estado e, sobretudo, do seu ativismo na economia se associa a pautas vinculadas a aspectos morais e culturais. O capitalismo dependente, periférico e colonial

latino-americano e caribenho traz consigo processos históricos de modernização conservadora, ou seja, agregam-se elementos de expansão e reconfiguração do sistema capitalista mundial, mas se permanece o lugar de periferia. Soma-se a isso a manutenção de oligarquias concentradoras de renda, riqueza, poder e prestígio. Nesse sentido, "(...) a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes)." (FERNANDES, 2009, p. 52). Nesse contexto é que florescem as classes sociais na América Latina e Caribe, em especial no Brasil.

Referências Bibliográficas

- BALLESTRIN, Luciana. "América Latina e o giro decolonial". *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 11, p. 89-117, agos. 2013
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes, 2009
- BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Porto, Campo das letras, 2006
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, PPGS, 2012. (E-book)
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "O Segundo Consenso de Washington e a Quase estagnação da Economia Brasileira". *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003.
- CASANOVA, Pablo González. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; e GROSGOQUEL, Ramon. "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico". In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSGOQUEL, R. (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.
- CATTANI, Antonio David. "Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa". *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, pp. 74-99, jul/dez 2007.
- CEPÊDA, Vera Alves. "Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico". *Estudos avançados*, São Paulo, v. 26, n. 75, pp. 77-90, maio/ago. 2012.



COSTA, Sérgio. "Estrutura Social e Crise Política no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 499-533, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000400499&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DUSSEL, Enrique. "Europa, modernidad y eurocentrismo", IN: LANDER, E. (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As três economias políticas do Welfare State". *Lua Nova*. São Paulo, n. 24, set/1991.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina*. 4.ed. -. São Paulo: Globo, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 25 ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998;

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: (formação histórica e problema)*. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GROSGUÉL, Ramón. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". IN: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. (pp. 455/491)

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. LVM editora, 2017

KERSTENETZKY, Celia Lessa. "O Brasil, a Pobreza e o Século XXI". **Revista Sinais Sociais**, v. 13, p. 78-103, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas". IN: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008

MARTINS, Paulo Henrique. "El posdesarrollo y la refundación de las utopías sociales". *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n. 2, p.282-307, jul./dez 2017.

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Julia Figueiredo. "Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais". *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, Recife, Vol. II, N. 11, Ago/Dez, 2017

MIGNOLO, Walter. "Colonialidade - o lado mais escuro da modernidade". *RBCS*, Vol. 32, nº 94, junho/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2020.

NEGRI, Camilo. "Democracia, mudança de valores e transformação ideológica da esquerda na América Latina". *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, v. 2, p. 197-216, 2014.

NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média – o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva 2011. (E-book)

OLIVA, Aloizio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP. Campinas, SP. 2010

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. 11ª edição. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000

QUIJANO, Aníbal. "El fantasma del desarrollo en América Latina". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 6, n. 2, 2000.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do Poder e classificação social". In: SANTOS, B. S. de (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. "Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, no 37, set/dez 2014.

SALATA, André Ricardo. "Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe". *DADOS*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015.

SALATA, André Ricardo. "Uma nova abordagem empírica para a hierarquia de status no Brasil". *RBCS* Vol. 31 nº 92 outubro/2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCALON, Celi; SALATA, André. "Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica". *Revista Sociedade e Estado – V. 27 N 2 - Maio/Agosto 2012*

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo – Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das letras, 2009.

SINGER, André. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018



SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2ªed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

STEINER, Philippe. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

Caminhos da Reprodução da Colonialidade: experiência desenvolvimentista e reação conservadora sob a tensão colonialidade/decolonialidade

Resumo

A presente comunicação trata de verificar de como ocorreu o recente processo de medianização precária no Brasil. Isso parte do questionamento se a segunda experiência desenvolvimentista brasileira promoveu alterações nos estratos intermediários da estrutura de classes no Brasil. Através de uma consistente revisão bibliográfica, oriunda da pesquisa de doutoramento, fazemos uso do pensamento decolonial como saber que confronta a retórica neoliberal e financeira. Aqui se delinea a tensão entre colonialidade/decolonialidade que possibilita localizar referências normativas denominadas de marcadores sociais do tensionamento entre colonialidade/decolonialidade. Os marcadores então tratam de analisar o desenvolvimento, especialmente o modelo heterodoxo brasileiro dos governos petistas, e possíveis alterações na estrutura de classe. Identifica-se, então, um processo de medianização precarizada em que a mobilidade social se dá de forma limitada inflando os estratos intermediários e não produzindo uma sociedade de classe média. Isso produz reações conservadoras e de extrema direita a fim de garantir a manutenção de uma ordem social desigual, baseada em fortes privilégios no topo da pirâmide socioeconômica, não rompendo com a colonização da vida social.

Palavras-chaves: Classes sociais; colonialidade/decolonialidade; conservador; desenvolvimentismo

Paths of Coloniality Reproduction: developmental experience and conservative reaction under coloniality/decoloniality tension

Abstract

This communication aims to verify how the recent process of precarious medianization occurred in Brazil. This is part of the question whether the second Brazilian developmental experience promoted changes in the intermediate strata of the class structure in Brazil. Through a consistent bibliographic review, derived from doctorate research, we make use of decolonial thought as a knowledge that confronts neoliberal and financial rhetoric. Here we outline the tension between coloniality/decoloniality that makes it possible to locate normative references called social markers of the tension between coloniality/decoloniality. The markers then try to analyze the development, especially the Brazilian heterodox model of the PT governments, and possible changes in the class structure. It is identified, then, a process of precarious medianization in which social mobility occurs in a limited way inflating the intermediate strata and not producing a middle class society. This produces conservative and far-right reactions in order to ensure the maintenance of an unequal social order, based on strong privileges at the top of the socioeconomic pyramid, not breaking with the colonization of social life

Keywords: Social classes; coloniality/decoloniality; conservative; developmentalism

Caminos de Reproducción Colonialidad: experiencia de desarrollo y reacción conservadora bajo tensión colonial/descolonialidad

Resumen

Esta comunicación tiene como objetivo verificar cómo se produjo el reciente proceso de mediariedad precaria en Brasil. Esto es parte de la pregunta de si la segunda experiencia de desarrollo brasileño promovió cambios en los estratos intermedios de la estructura de clases en Brasil. A través de una revisión bibliográfica consistente, derivada de la investigación doctoral, utilizamos el pensamiento decolonial como conocimiento que se enfrenta a la retórica neoliberal y financiera. Aquí delineamos la tensión entre colonialidad/decolonialidad que permite localizar



referencias normativas llamadas marcadores sociales de la tensión entre colonialidad/decolonialidad. Los marcadores luego tratan de analizar el desarrollo, especialmente el modelo heterodoxo brasileño de los gobiernos PT, y posibles cambios en la estructura de la clase. Se identifica, entonces, un proceso de medianización precaria en el que la movilidad social se produce de manera limitada inflando los estratos intermedios y no produciendo una sociedad de clase media. Esto produce reacciones conservadoras y extrema derecha con el fin de asegurar el mantenimiento de un orden social desigual, basado en fuertes privilegios en la parte superior de la pirámide socioeconómica, no rompiendo con la colonización de la vida social.

Palabras-llaves: Clases sociales; colonialidad/decolonialidad; conservador; desarrollismo

